



Segunda-feira, 24 de maio de 2021 às 16:06, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3055559: ACÓRDÃO PA 0732_2021_ JOSE RIBEIRO
DA COSTA_GIOVANI_DOM

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Fraiburgo

MUNICÍPIO

Fraiburgo



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3055559>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Processo Administrativo nº 0732/2021

Recorrente: José Ribeiro da Costa

Recorrida: Fazenda Pública do Município de Fraiburgo

Relator: Giovani Gregolon

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que figura como contribuinte **José Ribeiro da Costa**.

ACORDAM, por unanimidade, conhecer do Recurso e no mérito deferir provimento.

RELATÓRIO

Trata-se de um pedido de revisão de alíquota do IPTU com reconhecimento da Função Social para o exercício 2021, sobre o imóvel localizado na avenida Paulo Schirmer, quadra 459, lote 0004, S/Nº no Bairro São Miguel.

O contribuinte realizou inicialmente o pedido de revisão de alíquota com reconhecimento de função social, sobre o imóvel, alegando que o mesmo está sendo utilizado para plantação, assim cumprindo os requisitos para reconhecimento da função social.

Em contestação (fl. 03), Auditor-Fiscal Sr. Georges dos Reis Santos, fundamentou em sua análise que o contribuinte está utilizando como área de plantio, atendendo desta forma os requisitos para obtenção da Função Social, conforme prevê o art. 138-A, V da Lei Complementar 97/2008, **DEFERINDO** assim o pedido.

No mesmo sentido o Secretário Interino de Finanças Sr. Rui Carlos Braun, também decidiu pelo **DEFERIMENTO** do pedido, conforme folhas 06 e 07

Esse é o relatório.

DO VOTO

É possível constatar pelo registro fotográfico (fl. 04) que o espaço está sendo utilizado para plantio, atendendo o art. 138-A, V da lei complementar 97/2008, conforme prevê abaixo:

Art. 138-A A propriedade imobiliária urbana cumpre sua função quando, em atendimento às funções sociais da cidade e respeitadas as exigências fundamentais do ordenamento territorial estabelecidas no Plano Diretor, forem destinadas para:

I - habitação, principalmente Habitação de Interesse Social, HIS;

II - atividades econômicas geradoras de oportunidades de trabalho e renda;

III - infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;

IV - conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural;

V - o aproveitamento socialmente justo e racional do solo;

VI - o aproveitamento e a utilização compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos;

VII - o desenvolvimento de atividades fins das empresas.

Diante do exposto, conheço da defesa apresentada, bem como, da contestação e decisão do Auditor Fiscal e do Secretário Interino de Finanças, para no mérito, **DEFERIR** o pedido de Reconhecimento de Função Social.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso e deferir provimento.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 22 de abril de 2021, foi presidido pelo Exmo Senhor Vladimir Trizotto e dele participaram a Exma Sra Conselheira Danieli Serafini e os Exmos Senhores Conselheiros Vinícius Rosar Ferronato e Rafael Augusto Castilhos.

Giovani Gregolon
Conselheiro Relator